



UESB/UESC - BA

O PROFESSOR E OS DESAFIOS DA INCLUSÃO NO ENSINO DA MATEMÁTICA

GD ou RC: Educação Matemática Especial e Inclusiva.

Viviane Regina de Oliveira Silva¹

Vera Maria Jarcovis Fernandes²

Resumo: Os professores enfrentam vários desafios em sua atuação dentre eles relacionados a inclusão da pessoa com deficiência, nesta perspectiva, faz-se necessário buscar conhecimentos e estratégias pedagógicas para enfrentamento desses desafios. Este artigo tem como objetivo abordar os desafios que a escola e o professor enfrentam na perspectiva da educação inclusiva, em especial no ensino da matemática. Através de revisão bibliográfica, pelo método hipotético dedutivo, fundamentada em leituras relevantes em obras sobre o assunto, identificou-se que a inclusão escolar é um assunto que requer debates constantes, principalmente pelas divergências entre os profissionais do meio educacional, sobre forma a ser praticada e como fazer para que todos os alunos aprendam em um único contexto. Analisando os estudos realizados por diversos autores, é verificamos a afirmação de que é necessário desenvolver atividades contextualizadas para que os estudantes aprendam de forma significativa, considerando suas experiências e conhecimentos prévios, aproximando os conceitos a serem aprendidos, da realidade, do dia a dia do aluno. Ainda, verificou-se que processo de inclusão exige da escola recursos de ensino e aprendizagem transformados, concebidos a partir de uma mudança de atitudes dos professores e de todos os agentes educacionais envolvidos no cotidiano escolar, sendo de fundamental importância a capacitação dos professores para lidar com as diferenças em sala de aula e assim, contribuir na construção do conhecimento de todos os estudantes, independentemente de sua condição.

Palavras-Chave: Educação inclusiva; Professor; Matemática, Aprendizagem.

1 INTRODUÇÃO

A inclusão escolar tem gerado muitas discussões e debates, com contradições e divergências, que seguem em especial duas linhas de entendimento passíveis de reflexão, em virtude dos entraves encontrados nas instituições educacionais acerca do

¹ Universidade Cruzeiro do Sul, viviane.silva@ceunsp.edu.br

² Universidade Cruzeiro do Sul, vera.fernandes@cruzeirodosul.edu.br



II ENEMI

Encontro Nacional de Educação
Matemática Inclusiva



UESB/UESC - BA

desenvolvimento de ações inclusivas a serem praticadas para todos os alunos, independentemente de suas condições.

Masini (2000) argumenta que o movimento de inclusão no Brasil possui dois vieses: um que defende a inclusão como forma de oposição à exclusão das pessoas com deficiência no ensino comum; e outro, que discorda da inclusão indiscriminada, em que não se consideram as necessidades requeridas para o atendimento dessas pessoas.

Segundo Masini (2000), para que haja um delineamento da situação escolar, alguns aspectos devem ser investigados e analisados no que diz respeito à inclusão da pessoa com deficiência no processo ensino/aprendizagem: como fazer a inclusão em relação aos recursos materiais e às pessoas envolvidas? Com quem, ou seja, quais os alunos a serem integrados e incluídos? Onde serão incluídos, tanto educacional como socialmente? Quais condições são oferecidas para que ocorra?

As discussões partem do princípio que a legislação brasileira através da Política Nacional de Educação Especial prevê e garante que os sistemas de ensino devem oferecer serviços de apoio especializado em todas as fases da educação, desde a alfabetização até o ensino superior e suas continuidades (BRASIL, 2007). Para que isso ocorra, é necessário que todos os profissionais que fazem parte do cotidiano escolar, falem a mesma língua e participem de forma ativa de todo esse processo, dentro e fora da escola.

A diversidade humana é inegável. Mas a escola, apesar de ser um espaço sociocultural onde as diferenças coexistem, nem sempre reconheceu sua existência ou considerou-a na sua complexidade, em todos os elementos do processo pedagógico. Possibilitar essas diferentes presenças de forma harmoniosa e produtiva na escola, sempre foi um desafio, visto que, está sempre buscou desenvolver um trabalho baseado na homogeneização, baseado e 'justificado' na premissa de que turmas homogêneas facilitam o trabalho do professor e facilitam a aprendizagem (FRIAS, MENEZES, 2008, p. 9).



II ENEMI

Encontro Nacional de Educação
Matemática Inclusiva



UESB/UESC - BA

Perrenoud (2010) adverte que se não houver mudanças não há inclusão. Afirma ainda que não basta colocar um aluno em sala de aula, sem nenhuma estratégia de inclusão, além do que, provavelmente continuará apresentando dificuldades de aprendizagem conforme sua capacidade intelectual ou social. Os dirigentes da escola e os outros atores pertencentes a esse processo devem compreender que o aluno não é “apenas” um cliente ou uma “obrigação” necessária – por conta de uma legislação que assegure direitos. O processo de incluir não se limita à matrícula do aluno e ao seu trânsito nos ambientes escolares; a tarefa da escola é manter materiais didáticos adequados para o desenvolvimento do estudante, estruturas físicas e profissionais capacitados para realizar o seu atendimento e acompanhamento. Afirmação essa que vai de encontro à segunda corrente indicada por Masini (2000).

A educação inclusiva, entendida sob a dimensão curricular, significa que o aluno com deficiência deve fazer parte da classe regular, aprendendo as mesmas coisas que os que seus colegas ditos “normais” – mesmo que de modos diferentes – devendo ao professor fazer as necessárias adaptações (UNESCO, 1994).

Essa proposta difere das práticas tradicionais da educação especial que, ao focar no déficit do aluno, geram um currículo empobrecido, desvinculado da realidade afetivo-social do estudante e da sua idade cronológica, com planejamento difuso e um sistema de avaliação precário e indefinido. A inclusão de alunos com deficiência na classe regular implica o desenvolvimento de ações adaptativas, visando à flexibilização do currículo, para que possa ser desenvolvido de maneira efetiva em sala de aula e atender as necessidades individuais de todos os estudantes (REIS; ROSS, 2008).

Logo, é certo afirmar que o professor é peça-chave no processo de inclusão dos alunos com deficiência, além de responsável pela construção da relação em sala de aula.

2 O PROFESSOR E A ESCOLA NO PROCESSO DE INCLUSÃO



II ENEMI

Encontro Nacional de Educação
Matemática Inclusiva



UESB/UESC - BA

Segundo Masini (2000), inclusão escolar é o processo que possibilita participação e aprendizagem significativa de todos os alunos em um mesmo ambiente, oferecendo-lhes as mesmas condições, para desenvolverem suas potencialidades, com base em seus objetivos, necessidades e interesses.

Sendo assim, é fundamental que a prática pedagógica seja transformada, que as diferenças que caracterizam os estudantes sejam valorizadas, em prol do desenvolvimento do trabalho pedagógico em uma perspectiva inclusiva.

Fernandes (2011) acrescenta que a educação necessita de uma reestruturação completa, para que forme indivíduos preparados para as demandas da sociedade atual e que as interações sociais que ocorrem no ambiente escolar são fundamentais para o desenvolvimento emocional dos alunos, pois é a partir delas que irão desenvolver uma postura de empatia, ética e cidadania replicadas em seu meio social. A autora (2011, p. 79) complementa que,

Na escola, potencializa-se o papel do meio social no enfrentamento de desafios impostos pelas deficiências e outros quadros, uma vez que as crianças e os jovens estão em processo de conscientização acerca de suas diferenças, dificuldades e possibilidades.

Essas provocações remetem a uma nova reflexão: o papel da sociedade nesse contexto, que por vezes, se mantém a margem desse debate, por se sentir incapaz, sem argumentos e acreditar não fazer parte dessa discussão.

Segundo Beyer (2005), sem a mobilização das famílias, das associações religiosas e educacionais, dos governos e de todos os sujeitos ligados ao cotidiano escolar, pouco será feito em prol de práticas educacionais efetivas de inclusão. Entretanto, a escola é a intermediadora nesse contexto.

Nesse cenário, é possível deduzir que a transformação da escola no intuito de proporcionar um ensino de qualidade a todos os estudantes, com ou sem deficiências, está atrelada à mudança da prática pedagógica, que aliada ao trabalho das outras pessoas envolvidas no processo ensino/aprendizagem, permitiria a construção de uma escola



II ENEMI

Encontro Nacional de Educação
Matemática Inclusiva



UESB/UESC - BA

inclusiva.

Mantoan (1997) *apud* (REIS; ROSS, 2008, p. 8) complementa que

O processo de inclusão exige da escola novos recursos de ensino e aprendizagem, concebidos a partir de uma mudança de atitudes dos professores e da própria instituição, reduzindo todo o conservadorismo de suas práticas, em direção de uma educação verdadeiramente interessada em atender às necessidades de todos os alunos.

É preciso refletir sobre as ações pedagógicas desenvolvidas nas escolas, de maneira que tenham como objetivo o atendimento das demandas educacionais atuais e uma delas é a de proporcionar a todos os alunos, a construção do conhecimento, considerando suas especificidades e individualidade, sem preconceitos e distinção. Nóvoa (1999) argumenta que apesar de todos os profissionais dentro do âmbito escolar serem responsáveis pelo processo de ensino/aprendizagem, o professor é aquele que está na linha de frente, em contato direto com os estudantes e que a partir disso, torna-se a personagem central das políticas sociais e educacionais, sendo necessário capacitá-lo para o enfrentamento do desafio da verdadeira inclusão.

Schlünzen (2000, p. 14) afirma que,

(...) o ponto crucial no processo de mudança diz respeito ao professor, ele é o elemento chave da mudança. Não basta um bom currículo, equipamentos da mais moderna tecnologia, software construcionista, escolas bem estruturadas, entre outros fatores, se o professor, que é o responsável por conduzir o processo ensino e aprendizagem não estiver preparado para atuar neste novo contexto escolar.

Segundo Schlünzen (2000) e Mantoan (2003) é necessário que a escola, em uma perspectiva inclusiva, tenha como objetivo formar o indivíduo para o exercício da cidadania, preparando-o para a vida em sociedade. Nesse sentido, as práticas de aprendizagem mediadas pelo professor que objetiva a inclusão, podem contribuir para uma formação em



II ENEMI

Encontro Nacional de Educação
Matemática Inclusiva



UESB/UESC - BA

que os estudantes não aprendam apenas os conteúdos que constam nos programas, mas também desenvolvam habilidades relacionadas às atitudes, comportamentos para a convivência e valorização das diferenças.

Segundo Mantoan (2003) é necessário elaborar estratégias de ensino que permitam ao aluno “aprender a aprender”, construindo o seu saber, pensando, questionando, refletindo, contextualizando; intercalando momentos em que o professor exerça o papel de mediador, outros de instrutor, momentos em que é aprendiz e outros que é somente um observador, valorizando as experiências e potencialidades do aluno e não suas deficiências.

De acordo com Fernandes (2011, p. 80),

O “especial” da educação, nesse sentido, é um conceito que se reveste de um novo significado e deixa de estar centrado em um tipo de aluno e lugar, para assumir o sentido de um conjunto de recursos e serviços humanos, físicos, materiais, técnicos e tecnológicos, postos a serviço da educação para oferecer respostas educativas às manifestações de singularidades dos alunos em seu processo de aprendizagem.

É importante salientar que não raras são as vezes em que os professores, resistem em buscar a capacitação adequada para sua prática docente em sala de aula e por que não dizer fora dela. Muitos educadores acreditam ser capazes de lidar com a inclusão, considerando seus anos de experiência profissional, sua (des)informação sobre assunto e a tal da “arrogância” do “estou aqui para ensinar e não aprender”. Além disso, muito têm o aval dos dirigentes da escola que sofrem do mesmo mal e defendem que para incluir basta colocar o aluno com deficiência em sala de aula e esquecer que ele está ali ou, que criar uma sala especial com atividades específicas corresponde à perspectiva inclusiva.

Por outro lado, muitos professores enfrentam dificuldades para desenvolverem estratégias e ações inclusivas por se considerarem incapazes (MANTOAN, 2003). Nas duas situações enfatiza-se a necessidade de capacitação desses profissionais, pois é inadmissível



II ENEMI

Encontro Nacional de Educação
Matemática Inclusiva



UESB/UESC - BA

que a prática de exclusão ou a falsa inclusão seja justificada pela falta de formação, recursos financeiros ou materiais. O professor precisa reconhecer que as estratégias de ensino utilizadas é que irão determinar como o processo de ensino/aprendizagem ocorrerá e, refletir sobre o trabalho realizado é primordial para identificar o que pode ser melhorado, buscando assim a efetiva construção do conhecimento.

3 O ENSINO DA MATEMÁTICA E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Segundo Vieira (2008), a matemática é considerada pela maioria dos alunos, a disciplina mais difícil de aprender, chegando a se tornar um empecilho na vida escolar. A situação se complica ao se colocar “sobre a mesa” a educação inclusiva, pois se os alunos ditos “normais” notoriamente sentem dificuldade, os alunos com deficiências têm que encarar muitas vezes, além da própria dificuldade, o despreparo de professores, educadores e outros profissionais no trato dessa situação. Apesar dos debates e discussões constantes sobre o tema, constata-se que na prática docente de grande parte dos professores de matemática, existe certa insegurança no respectivo processo de ensino/aprendizagem, limitando as ações pedagógicas dependendo da condição do estudante; o que reflete e dificulta a interação desses alunos com os colegas em sala de aula.

Logo, como adequar o ensino da matemática de maneira que atenda as demandas em uma perspectiva de educação inclusiva, considerando não somente os conteúdos, mas o conjunto de recursos pedagógicos, incluindo postura, assertividade e interação necessárias para o desenvolvimento da autonomia dos estudantes? Assim como qualquer outra disciplina, a matemática deve fomentar a formação integral do estudante.

Dito isso, é necessário discutir o ensino tradicional de matemática que considera na maioria das vezes, que a aprendizagem é resultado de exercícios de repetição e memorização, o que não é verdade. Atualmente sabe-se que, principalmente na perspectiva do ensino inclusivo, os conteúdos precisam ser trabalhados de forma contextualizada,



II ENEMI

Encontro Nacional de Educação
Matemática Inclusiva



UESB/UESC - BA

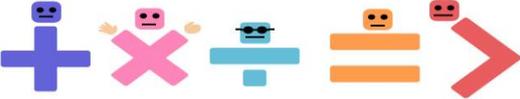
visando a aprendizagem de conceitos da disciplina e valorizando os conhecimentos prévios, as experiências e as individualidades dos alunos (ZABALA, 1998).

Seguindo essa linha, Fernandes (2011) afirma que para uma metodologia mais eficaz na educação inclusiva, é imprescindível que a nova geração de educadores esteja capacitada para atuar dentro de preceitos que substituem a postura passiva dos alunos em sala de aula por uma mais ativa e integrada, fazendo com que o conhecimento seja contextualizado com o ambiente social dos estudantes.

Portanto, para uma aprendizagem significativa, o professor de matemática deve considerar atividades contextualizadas, relacionadas à realidade dos alunos. Segundo Weisz e Sanchez (2011), resolver problemas é uma estratégia possível e necessária para que a matemática seja reconhecida como uma disciplina útil em atividades cotidianas e por isso aprender seus conceitos e sua aplicabilidade é importante. Os autores defendem que as melhores estratégias são aquelas que permitem que os alunos aprendam pela experiência e que o processo seja mediado pelo professor, proporcionando uma aprendizagem de acordo com suas observações, ações, reflexões e análises.

Para Weisz e Sanchez (2011) o processo de aprendizagem consiste em atividades planejadas, propostas e dirigidas com a intenção de favorecer a ação do aluno sobre um determinado objeto de conhecimento. O professor como mediador de informações, pode utilizar a construção de situações de aprendizagens como uma estratégia de ensino que possibilita aos estudantes a resolução de um problema a partir de um questionamento, relacionando o conhecimento a uma situação prática.

Ao refletir sobre uma situação ou tarefa proposta, a aprendizagem se torna significativa, pois o conhecimento é construído de forma contextualizada. Quando resolução de um problema surge a partir das experiências dos próprios estudantes ou proposto pelo professor, cada um tem a oportunidade de desenvolver suas potencialidades, já que pode optar por realizar uma das tarefas necessárias na atividade. Desenhar, recortar, entrevistar, expor ideias, organizar o grupo, medir, contar, realizar cálculos, pesquisar são exemplos de



II ENEMI

Encontro Nacional de Educação
Matemática Inclusiva



UESB/UESC - BA

tarefas que podem ser necessárias em uma situação de aprendizagem. Assim, cada um pode escolher o que fazer em função dos seus interesses, desenvolvendo as habilidades que já possui ao aprimorar o que já sabe fazer e utilizando seus saberes prévios (WEISZ; SANCHEZ, 2011).

A tecnologia digital é outro aspecto importante a ser considerado ao se discutir estratégias educativas inclusivas. Sua utilização é de vital importância para a construção do conhecimento, o que implica a transformação da cultura, das práticas e das políticas vigentes na escola e nos sistemas de ensino, com o propósito de garantir o acesso, a participação e a aprendizagem de todos, sem exceção.

A tecnologia já faz parte do cotidiano escolar, todavia com algumas exceções, precariamente. Sua utilização baseia-se principalmente na internet, computadores, celulares, que são utilizados como métodos de pesquisa pelos alunos. Além disso, os professores já utilizam ambientes virtuais para lançamento de notas, listas de presenças entre outras atividades administrativas. Em algumas aulas o uso da tecnologia é realidade, geralmente com apresentação de vídeos ligados à disciplina. Muitos materiais que trariam mudanças positivas para a educação já existem e são aprimorados diariamente, como programas educativos, *softwares* diferenciados, *sites* educacionais com atividades variadas, todos criados para dinamizar o espaço de aprendizagem e transformar a realidade das aulas tradicionais. Porém não é disso que se trata. Não basta ter equipamentos sofisticados (o que não é o caso, na maioria das vezes) e *softwares*; é necessário que estejam alinhados a um planejamento pedagógico estratégico bem definido (ESCOLA WEB, 2020).

A partir disso, é possível dizer que a tecnologia tornou-se uma ferramenta essencial para a contextualização da matemática em sala de aula. O grande fluxo de interações através das redes, a troca e o uso colaborativo de informações mostram que existe a necessidade de construir novas estruturas educacionais, que disponibilizem o acesso ao mundo digital. É importante criar um ambiente interativo, em que todos os alunos participem de forma ativa, que tenham acesso à informação e o professor contextualize os assuntos teóricos com as



II ENEMI

Encontro Nacional de Educação
Matemática Inclusiva



UESB/UESC - BA

práticas do dia a dia. Os professores devem preparar aulas que estimulem o interesse do aluno, melhorando e aumentando sua participação. Além disso, a rede mundial de computadores oferece uma gama de *softwares* educativos voltados para o ensino de matemática, desde os preceitos matemáticos básicos até cálculos mais complexos, relacionados inclusive a outras ciências, que propiciam o aprendizado sem discriminação. Segundo Kenski (2015) é bem provável que os alunos aprendam mais com atividades lúdicas e jogos eletrônicos, acessando meios com os quais estão acostumados a lidar, fora da sala de aula inclusive, se apropriando desse aprendizado.

A teoria sobre educação matemática e inclusão escolar indica a necessidade do desenvolvimento de um trabalho pedagógico que atenda às necessidades de todos, valorizando as diferenças, interesses e potencialidades, de modo que a aula se torne significativa para o estudante.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitas pesquisas, estudos e debates são realizados com o intuito de criar novas perspectivas e melhorar o ensino nas instituições brasileiras, através dos preceitos da educação inclusiva, porém isso não é uma tarefa fácil. Tanto as instituições como o corpo docente estão se adequando à nova realidade, com o propósito de oferecer um ensino de qualidade aos seus alunos, independentemente de sua condição, contribuindo para a sua plena integração com os profissionais da educação e seus colegas de sala de aula. Desenvolver um ambiente que promova interação e acolhimento, entendendo que fazer algo diferente é uma forma de organizar o ensino e envolver seus alunos e que, apesar das limitações dos estudantes, sejam quais forem, criar novos métodos, independentes da disciplina ou do nível de ensino, é atribuição do professor, como mediador, instrutor e ao mesmo tempo aprendiz.



II ENEMI

Encontro Nacional de Educação
Matemática Inclusiva



UESB/UESC - BA

É necessário que os professores e seus pares desconsiderem a possível incapacidade dos alunos com deficiência e se guiem por um caminho de possibilidades, elaborando atividades variadas, respeitando a diversidade e as múltiplas inteligências, de maneira justa e solidária.

O acesso à educação é um direito constitucional, logo, a inclusão não pode ser encarada como uma ação assistencial ou de caridade. Os professores e educadores têm o compromisso de transformar os indivíduos, buscando recursos que desenvolvam suas capacidades, permitindo o aprendizado e a apropriação do conhecimento, respeitando suas diferenças e limites.

Pela perspectiva da educação inclusiva, as estratégias mais adequadas são aquelas que aproximam seus preceitos legais ao cenário real da escola e da sociedade, através de instrumentos educacionais que facilitam a participação e aprendizagem de todos os alunos em um único contexto.

O professor ao avaliar sua prática docente, permite-se repensar suas ações em sala de aula e, se necessário, replanejar suas estratégias, elaborando atividades que sejam condizentes aos eixos que direcionam sua disciplina e na perspectiva da educação inclusiva. A autoavaliação é um instrumento de grande valia ao professor que deseja ser parceiro de seus alunos em suas descobertas, estimulando-os, incentivando-os e inspirando-os.

O ser humano é único, singular. Homogeneizar seu comportamento, desconsiderar suas especificidades, igualando-o a todos os outros sujeitos, é um dos maiores equívocos que um professor pode cometer. Viva as diferenças e que saibamos lidar com elas!

Referências

BEYER, H. O. **Inclusão e avaliação na escola de alunos com necessidades educacionais especiais**. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.




II ENEMI
Encontro Nacional de Educação
Matemática Inclusiva



UESB/UESC - BA

BRASIL. **Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, 2007. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>. Acesso em 20 ago. 2020.

EDUCAÇÃO DIGITAL? Disponível em: <https://escolaweb.com.br/artigos/o-que-e-educacao-4-o-e-como-ela-vai-mudar-o-modo-como-se-aprende/>. Acesso em: 22 ago. 2020.

FERNANDES, S.. **Fundamentos para educação especial.** 2.ed. Curitiba: IBPEX, 2011.

FRIAS, E. M. A.; MENEZES, M. C. B.. **Inclusão escolar do aluno com necessidades educacionais especiais:** contribuições ao professor do ensino regular. 2008. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1462-8.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2020

KENSKI, V. M.. **Educação e Tecnologias: o novo ritmo da informação.** Campinas: Papirus, 2015.

MANTOAN, M. T. E.. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MASINI, E. F. S.. A inclusão escolar. *In: V Congresso Brasileiro de Psicopedagogia.* São Paulo: Vetor, 2000.

NÓVOA, A. (org.). **Profissão Professor.** Porto: Editora Porto, 1999.

PERRENOUD, P.. Não existe inclusão eficaz sem diferenciação pedagógica dentro das turmas regulares. 2010. **Educação Inclusiva**, vol.1, I, 15-18.

REIS, R. L. dos; ROSS, P. R.. **A inclusão do aluno com deficiência intelectual no Ensino Regular.** 2008. Disponível em:

<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2216-8.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2020

SCHLÜNZEN, E. T. M.. **Mudanças nas práticas pedagógicas do professor:** criando um ambiente construcionista contextualizado e significativo para crianças com necessidades especiais físicas. 2000. 212f. Tese (Doutorado em Educação: Currículo) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

UNESCO, Declaração de Salamanca, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2020.



II ENEMI
Encontro Nacional de Educação
Matemática Inclusiva



UESB/UESC - BA

VIEIRA, S. S.. **Flexibilidade a geometria na educação inclusiva dos deficientes visuais:** uma proposta de atividade, 2008.

WEISZ, T.; SANCHEZ, A.. **O diálogo entre o ensino e aprendizagem.** 2. ed São Paulo: Ática, 2011

ZABALA, A.. **A prática educativa:** como ensinar. Trad. Ernani F. da F. Rosa. Porto Alegre: ArtMed, 1998.